

cultura agrária de Estado periférico, presentes no dia-a-dia e que vão configurando o que fica do mundo rural no meio urbano.

A mistura de estilos, a convivência de atividades diretamente ligadas ao circuito técnico de ponta no mundo com atividades que poderiam ser chamadas de pré-modernas, a copresença de elementos urbanos e rurais no cotidiano da cidade delineiam um modo de vida peculiar, que merece maior investigação, um modo de vida que expressa diversidade cultural.

A diversidade cultural presente nas grandes cidades, a complexidade de sua estrutura urbana, a riqueza de sua vida cotidiana colocam aos estudiosos, particularmente aos geógrafos, o desafio permanente de compreendê-las, de explicá-las, de apreendê-las (J.B. da Silva 1997). Isso requer a também permanente renovação do olhar, a renovação das categorias de análise, a ampliação de temas envolvidos. Conforme Lefebvre (2002, pp. 156-157):

O fenômeno urbano seria o fenômeno social total tão procurado pelos sociólogos? Sim e não. Sim, no sentido em que o urbano caminha para uma totalidade sem jamais atingi-la (...). Sim, no sentido em que nenhum determinismo parcial, nenhum saber parcelar, o esgota: ele é, ao mesmo tempo, histórico, demográfico, geográfico, econômico, sociológico, psicológico, semiológico (...). Ele depende de uma *leitura total*, reunindo os léxicos (leituras parciais) dos geógrafos, dos demógrafos, economistas, sociólogos etc. (...) o fenômeno urbano não pode ser definido nem pela soma ou síntese, nem pela superposição delas. Nesse sentido *ele não é totalidade* (...) O urbano é *pontual*. Ele se localiza e se focaliza. Intensifica-se aqui ou ali. Ele não existe sem esta localização: o centro.

A complexidade do fenômeno urbano, paradoxalmente explicado como totalidade e pontualidade, é crescente e exige, para sua compreensão, um olhar sempre novo. Esse olhar novo pode se debruçar sobre a paisagem de uma cidade e apreender seu espaço como um lugar que ao mesmo tempo contém o mundo, o global e o local, com sua particularidade; um lugar que intensifica as relações impessoais entre seus habitantes, mas que guarda sempre a possibilidade do encontro e da solidariedade.

A CIDADANIA, O DIREITO À CIDADE E A GEOGRAFIA ESCOLAR: ELEMENTOS DE GEOGRAFIA PARA O ESTUDO DO ESPAÇO URBANO*

O ensino de geografia contribui para a formação da cidadania por meio da prática de construção e reconstrução de conhecimentos, habilidades, valores que ampliam a capacidade de crianças e jovens compreenderem o mundo em que vivem e atuam, numa escola organizada como um espaço aberto e vivo de culturas. O exercício da cidadania na sociedade atual, por sua vez, requer uma concepção, uma experiência, uma prática – comportamentos, hábitos, ações concretas – de cidade. A vida nas cidades é cada vez mais um fato mundial, pois, a partir do século XIX, toda a sociedade passa a ser organizada em função do espaço urbano. Sendo assim, a cidade torna-se tema importante a ser trabalhado na escola fundamental, num projeto de formação da cidadania. A escola, porém, não é a única instância de formação de concepções e práticas da cidade, habilidades básicas no exercício da cidadania. As práticas de organização e gestão da

* Este texto, originalmente publicado pela revista *Geosp*, n. 5, da Pós-Graduação do Departamento de Geografia da FFLCH da USP, em 1999, foi posteriormente incluído no livro de minha autoria, intitulado *Geografia e práticas de ensino* (Goiânia: Alternativa, 2002).

cidade, os resultados dessas práticas e a própria experiência cotidiana são também formadores de cidadania. Em outras palavras, o indivíduo torna-se cidadão com a contribuição de várias instâncias, destacando-se a escola. Esta, por ser um lugar dedicado ao trabalho com o conhecimento e com a atribuição de significados, pode ser a instância-síntese ou lugar de encontro e confronto entre as diferentes fontes de concepção e prática da cidade (o saber ou conhecimento científico e o saber cotidiano). A cidade é um livro escrito que precisa ser decifrado por seus cidadãos (Lefebvre 1991), e a escola tem um papel importante nesse sentido.

Se a escola assume o tema da cidade e do urbano como conteúdo educativo, ela necessita promover em suas atividades a possibilidade do confronto entre as diferentes imagens de cidade: cotidianas e científicas. Trata-se da possibilidade de combinar três imagens da cidade:

A imagem subjetiva que cada qual forma espontaneamente de seu meio; outra imagem mais objetiva, global e profunda que as próprias instituições educativas não de contribuir para configurar a partir da anterior; e uma terceira imagem que é a imagem da cidade a construir; ou seja, uma imagem forjada com os materiais do desejo (talvez inclusive utópicos) que possa contrastar-se com a realidade presente e orientar assim a participação para edificar uma cidade melhor e mais educadora para todos. (Bernet 1997, p. 34)

Como a imagem não está desvinculada de uma prática de indivíduos na cidade, é necessário o entendimento de como se dão a imagem e a prática da cidade hoje. Para efetivar um trabalho escolar com o tema em questão, é importante entender como as diferentes experiências e os diversificados conhecimentos de crianças e jovens da/na cidade se "cruzam" ou se "encontram" com os conteúdos sistematizados e as experiências curriculares na aula de geografia e o que resulta desse encontro do ponto de vista da aprendizagem e do desenvolvimento intelectual, social e afetivo do aluno.

No ensino de geografia, o tema da cidade já vem integrando o conteúdo curricular de nível fundamental, seja na 1ª fase, com o estudo do bairro e do município, seja na 2ª fase, com o estudo do processo de urbanização da sociedade brasileira e mundial e com o estudo do conceito da cidade e do

espaço urbano. Nos últimos anos, todavia, esse tema tem ganhado relevância nas propostas curriculares, em virtude da preocupação com a vinculação entre os conteúdos sistematizados e os conteúdos da vida cotidiana do aluno e de sua cultura. Essa relevância aparece, por exemplo, na proposta político-pedagógica "Escola para o século XXI", da Secretaria Municipal de Educação de Goiânia, que tem como projeto temático "A cidade e a cidadania" (Prefeitura Municipal de Goiânia 1998). A relação cidade-cidadania é o eixo temático dessa proposta curricular, e não apenas de geografia, o que aponta para o reconhecimento do caráter interdisciplinar do estudo da cidade.

Algumas questões surgem no contexto específico da cidade de Goiânia, como, por exemplo: como e com quais conteúdos a cidade educa seus habitantes? Como é a vivência da criança com a cidade de Goiânia? Quais são suas experiências geográficas nessa cidade? Como as escolas de Goiânia atuam ou podem atuar para confrontar diferentes experiências e potencializar as experiências individuais e/ou coletivas com a cidade? Como preparam ou podem preparar crianças da escola fundamental para ter acesso, por sua conta, às possibilidades educativas e culturais da cidade de Goiânia? Que conceito da cidade está orientando os estudos geográficos na escola? E, por fim, como as escolas podem ajudar seus alunos a conhecer e a construir seu direito à cidade?

* Reafirmar o direito à cidade é uma maneira de contraposição à organização dominante da sociedade atual, que quer se autodenominar "globalizada", ressaltando uma tendência de homogeneização de seus espaços.

A defesa do direito à cidade para todos os seus habitantes parte do entendimento de que a produção de seu espaço é feita com a participação desses habitantes, obedecendo a suas particularidades e diferenças. Trata-se de defender a necessidade de uma cidade com gestão democrática, que busca conciliar interesses e ações de uma ordem socioeconômica mais geral com os interesses e ações mais imediatos e elementares, nem por isso menos importantes para a vida humana, do cotidiano de seus moradores.

A luta pelo direito à cidade, aos seus lugares, ao consumo mais autônomo e consciente de seus lugares e objetos, ao ambiente, é, assim, um exercício de cidadania. Conforme Braga (1994, p. 43) constatou em sua pesquisa, "(...) as conquistas dos mesmos (trabalhadores) ilustram a contribuição dos trabalhadores na edificação do espaço urbano, não só

construindo o espaço do capital com seu trabalho, mas também o seu próprio espaço através das lutas”.

Vale, para reforçar, transcrever as palavras de Thierry Paquot (*apud* Carlos 1996, pp. 147-148):

É lá e somente lá (na cidade) que o *homo urbanus* pode tomar consciência da artificialidade do mundo, da desapareição progressiva das zonas naturais, da amplitude dos simulacros que ocultam a nudez do ser. O *homo urbanus* é um animal sábio, que sabe como daí se sair e de fazer do urbano o lugar propício à sua felicidade. Tarefa tão difícil que se assemelha a um desafio. A cidade é uma conquista, um desenvolvimento dos sentidos. Um desabrochar dos espíritos. Uma possibilidade da paixão. O urbano é a inteligibilidade do *homo urbanus*.

Para desenvolver o tema proposto, o texto está organizado em duas partes. A primeira tem por objetivo explicitar um entendimento básico dos principais elementos a serem considerados num trabalho didático de formação dos conceitos de cidadão e de cidade. A segunda busca discorrer sobre temas que a geografia pode eleger como pertinentes ao estudo da cidade, com base nos elementos dos conceitos de cidadão e de cidade formulados na primeira parte.

Conceitos de referência para estudar a cidade e a cidadania

O objetivo escolar de formação de cidadania é de responsabilidade de toda a escola, mas à geografia cabe, mais especificamente, o trabalho com conceitos como o de cidade e a organização do estudo nas escolas com referência a esse tema. Para a organização dos temas de estudo, é preciso inicialmente explicitar os conceitos de cidadão e de cidade.

Cidadão

Buscar elementos e aspectos que compõem um programa formal de geografia para formação da cidadania requer uma reflexão sobre o significado

que pode ser dado nesse programa ao conceito de cidadania. O termo tem uma história longa, bastante complexa, o que exige sua contextualização para torná-lo referência concreta para a vida na sociedade contemporânea. A distância entre a defesa abstrata da cidadania e a concreta possibilidade de seu exercício é muito grande, e sua explicitação requer bastante cuidado.

Uma ideia sucinta, mas bastante expressiva, é a de que cidadania é o exercício do direito a ter direitos (Vieira 1997; Arendt *apud* Benevides 1998). Essa ideia liga cidadania e direito. Os significados do conceito de direito são também bastante complexos e com história longa. Relevante para nossa argumentação é a distinção feita por Vieira (1997) entre o direito natural, baseado na ideia de universalidade, e o direito positivo, baseado na particularidade e na historicidade das normas e dos valores. Considero que a ideia de universalidade, de direitos universais, é extremamente importante na defesa de uma organização social democrática, formada por um “contrato” livre que garanta igualdade de direitos a todos. Essa igualdade, porém, não é algo dado – ela é construída histórica e socialmente. Não há, então, universalidade no sentido de valores, normas e direitos que devem ser considerados universais para todo o sempre, independentemente de sua inserção no espaço e no tempo. O que há são direitos universais, mas histórica e socialmente construídos. Com isso, pode-se defender a ideia de que cidadão é aquele que exerce seu direito a ter direitos, ativa e democraticamente, o que significa exercer seu direito de, inclusive, criar novos direitos e ampliar outros. É no exercício pleno da cidadania que se torna possível, então, transformar direitos formais em direitos reais.

Cidadãos ativos são mais do que titulares de direitos, são criadores de novos direitos e novos espaços para expressão de tais direitos, fortalecendo-se a convicção sobre a possibilidade, sempre em aberto, da criação e da consolidação de novos sujeitos políticos, cientes de direitos e deveres na sociedade. (Benevides 1998, p. 170)

A ideia de uma cidadania ativa que cria seus direitos ao longo da história e a depender da organização social e da composição de poder nessa organização permite pensar criticamente os tipos de direitos mais convencionalmente atribuídos à composição da cidadania (civis, políticos,

sociais), buscando ampliar essa composição por meio de demandas sociais democráticas e contextualizadas, como o caso de lutas pela incorporação de direitos ligados mais a grupos humanos que a indivíduos, como o direito à autodeterminação dos povos, ao desenvolvimento, à paz, ao meio ambiente (Vieira 1997).

Essa ideia de cidadania também faz uma ligação direta com a proposta de democracia política, econômica e social (só se tem direito numa sociedade democrática, entendendo-a como aquela que garante a igualdade de condições de vida a todos). Está vinculada com a prática da vida coletiva e pública, ou com o exercício coletivo da vida, com a associação forte aos direitos e deveres inerentes ao exercício político democrático da vida em sociedade.

É importante ampliar o aspecto político do conceito de cidadania, ressaltado nas argumentações anteriores, para um entendimento mais global que diz respeito tanto à vida pública e a exercícios formais/jurídicos de direitos e deveres quanto ao sentido ético de uma vida solidária, ao exercício cotidiano, coletivo e individual da vida na cidade que pressupõe a copresença – seja no núcleo familiar, seja em grupos específicos de interesses e identificações diversos, seja na sociedade mais ampla. Com base em uma análise da cultura e da economia da atualidade, Canclini (1997, p. 23) explora a ideia da cidadania como processo cultural,¹ que inclui direitos à igualdade e, também, à diferença,² indicando “um estado de luta pelo reconhecimento dos outros como sujeitos de interesses válidos, valores pertinentes e

1. “(...) ser cidadão não tem a ver apenas com os direitos reconhecidos pelos aparelhos estatais para os que nasceram em um território, mas também com as práticas sociais e culturais que dão sentido de pertencimento, e fazem com que se sintam diferentes os que possuem uma mesma língua, formas semelhantes de organização e de satisfação das necessidades” (Canclini 1997, p. 22).

2. A reflexão de Benevides (1998, p. 166) é esclarecedora desse “princípio” democrático de direito à diferença: “O contrário da igualdade não é a diferença, mas a desigualdade, que é socialmente construída, sobretudo numa sociedade tão marcada pela exploração classista. É preciso ter claro que igualdade convive com diferenças – mas que não são reconhecidas como desigualdades, isto é, não pode existir uma valorização de inferior/superior nessa distinção. Em outras palavras, a diferença pode ser enriquecedora, mas a desigualdade pode ser um crime”.

demandas legítimas”. Segundo esse autor, no novo cenário sociocultural está a passagem do cidadão como representante de uma opinião pública ao cidadão interessado em desfrutar de certa qualidade de vida.

Santos (1987) defende a recuperação da noção de cidadão com base no modelo cívico (fazendo referência à civilização), que subordina o modelo econômico e é composto por, entre outros, dois componentes essenciais: a cultura e o território. O componente territorial supõe uma gestão adequada para garantir a produção e a distribuição de bens e serviços públicos.

O conceito de território é instrumentalizador quando se quer pensar e compreender a cidade na sua relação com a cidadania. Território está associado aos processos de posse, de domínio de um lugar, de uma área. Por meio da dimensão territorial, o exercício da cidadania pode ser pensado como uma questão de direito à cidade, direito ao domínio coletivo do espaço da cidade.

A escola pode organizar ações para a formação da cidadania democrática, ativa, com direitos amplos criados e recriados num processo histórico, social, econômico, cultural. Benevides (1998) destaca três elementos indispensáveis e interdependentes em um projeto de educação para a cidadania: a formação intelectual e a informação; a formação moral; a educação do comportamento. O cidadão democrático, ativo, criativo e consciente de seus direitos políticos, sociais, culturais, individuais e territoriais precisa conhecer a cidade, compreendê-la com profundidade, decifrar seus símbolos, desenvolver um sentido ético e estético sobre ela, para que possa lutar e conquistar seus direitos cívicos e sociais e cumprir com seus deveres, individual e coletivamente. Como afirma Santos (1987, p. 14), a cidadania se aprende. Sem essa aprendizagem, a cidade torna-se impalpável. Ela se torna, como diz esse autor, “um amontoado de signos aparentemente desconhecidos, agindo, no entanto, em concerto, para limitar mais do que para facilitar a minha ação, tornando-me impotente diante da multiplicidade das coisas que me cercam e de que posso dispor” (*ibidem*).

Cidade

Como ponto de partida, compreende-se que a cidade é uma aglomeração de pessoas (habitantes e visitantes) e de objetos (casas, ruas, prédios) (Carlos 1992).

É em função das pessoas e dos objetos que a cidade se estrutura e tem uma dinâmica interna. O arranjo interno de uma cidade é construído, pois, conforme se organizam a vida e o processo produtivo. Como as pessoas precisam morar, vão-se configurando áreas residenciais diferentes porque os indivíduos se inserem no processo produtivo de maneiras diferentes – por exemplo, uns são proprietários dos meios de produção, outros são assalariados, outros, desempregados, excluídos do processo produtivo. As pessoas precisam trabalhar; as fábricas, as empresas, ou outra unidade de produção, comercialização e de serviços vão ocupando um espaço físico compatível com a atividade que irão desenvolver. Para que a unidade produtiva possa funcionar, são necessárias, ainda, atividades de apoio (energia industrial, escritórios, bancos). As pessoas precisam consumir, passear, comer... Vão surgindo e se organizando os transportes, as lojas, os supermercados, os hospitais, as escolas, os equipamentos de lazer etc.

Todos esses elementos vão configurando a paisagem urbana, que é a aparência e a forma como a cidade vai sendo produzida. Trata-se do conjunto formado pelos objetos e sua disposição, pelos sons e odores, pelas pessoas e seus movimentos. Um estudo dessa visão aparente da cidade vai fornecendo pistas para a compreensão de aspectos mais essenciais do espaço urbano nela materializado.³ A cidade pode ser entendida como um espaço geográfico, como um conjunto de objetos e de ações (Santos 1987), como um lugar de existência das pessoas e não apenas como um arranjo de objetos, tecnicamente orientado.

O aprofundamento do estudo da cidade pode ser encaminhado para a apreensão de sua dinâmica interna, ou seja, para o entendimento de alguns de seus elementos básicos, como a produção, a circulação e a moradia.

A produção da cidade refere-se à produção da vida cotidiana das pessoas que nela vivem e atuam – suas atividades e o arranjo espacial

3. A paisagem urbana, como dimensão formal do espaço, não pode ser pensada separadamente desse espaço. Ao contrário, ambos interpenetram-se, pois a forma urbana expressa as ações e relações sociais das quais resultou, sendo ainda espacialidade que condiciona ou que produz práticas sociais determinadas, formando, assim, o conjunto dessas ações e formas (objetos, o espaço urbano).

decorrente dessas atividades – e à produção econômica nela realizada, que diz respeito às atividades diretamente produtivas.

Entre as atividades cotidianas da cidade destacam-se as de lazer, de educação, de trabalho, de descanso. Todas elas compõem a dinâmica de vida das pessoas que vivem na cidade e, conseqüentemente, a dinâmica da própria cidade. Entre as atividades, podem ser destacadas as produtivas: a indústria, o comércio e a prestação de serviços. Atualmente, diz-se que estamos vivendo em uma sociedade pós-industrial, pelo peso que têm tido as atividades comerciais e de serviços na dinâmica social. Nesse caso, mais do que produzir, é preciso hoje informar e circular o que está sendo produzido. Ainda que seja essa uma afirmação de forte significado, dada a possibilidade de sua constatação empírica, não se pode deixar de atribuir importância à atividade industrial como atividade de transformação e de produção de bens necessários à vida.

As atividades produtivas tendem a ocupar áreas específicas na cidade, fazendo parte da paisagem urbana. Assim, pode-se dizer que na cidade há uma divisão territorial do trabalho, que é a destinação de áreas prioritariamente para determinadas atividades, dando origem às zonas residenciais, industriais, comerciais, além de outras. Vale lembrar que, nas grandes cidades de hoje, nem sempre se pode falar em zonas de atividades específicas, pois na maior parte das vezes seu crescimento acelerado e a dinâmica e a complexidade da vida urbana levam à construção de zonas mistas.

Outro elemento da dinâmica interna da cidade é o da circulação de pessoas e objetos (mercadoria). Para que a vida nas cidades possa ocorrer, é preciso que as pessoas circulem por sua malha, participando, individual e coletivamente, de sua produção e de sua própria vida. As pessoas saem de suas casas e voltam porque buscam em outros lugares a satisfação de suas necessidades e de necessidades da cidade em geral: saem para trabalhar, para festejar, para consumir material e simbolicamente a cidade. É para isso que se organizam os meios de consumo coletivo, que podem ser as escolas, os hospitais, as áreas de lazer, os espaços culturais, a infraestrutura urbana, os meios de comunicação, os meios de transporte.

Entre os meios de circulação, o transporte, especialmente o transporte coletivo, é atualmente de grande importância na dinâmica das cidades, para

o desenvolvimento das atividades produtivas ou não. A esse respeito, algumas preocupações são prioritárias na estruturação da cidade, como: planejar a largura das vias de circulação conforme a densidade (número de ônibus) prevista para a área; dispor, na paisagem urbana, de informações do sistema de transporte de maneira simples e clara para todos; manter, em condições boas de funcionamento, os ônibus e os locais de acesso a eles; e, a mais importante de todas, oferecer quantidade e qualidade compatível com a demanda.

Outro elemento de extrema importância na configuração interna da cidade é a moradia. As moradias mudam com o tempo, de acordo com diferentes concepções sociais, culturais e arquitetônicas, mas a diversidade maior entre elas não está relacionada a essas concepções. Há uma variação de habitações no mesmo tempo e no mesmo espaço porque há uma variação na capacidade de pagar pela casa e pelos equipamentos e serviços coletivos. As unidades de moradia são, então, de tipos diferentes, dadas as diferenças existenciais e sociais concretas. Há, assim, desde mansões e apartamentos luxuosos, até favelas, ocupações e cortiços.

A sistematização inicial da estruturação interna de uma cidade teve a função de encaminhar o raciocínio para o olhar que o cidadão tem ou pode ter para a cidade. Ou seja, destacaram-se tópicos com mais potencial para a formação da cidadania: a produção, a circulação e a moradia. São elementos da dinâmica interna da cidade que condicionam e produzem práticas cotidianas dos cidadãos na cidade, podendo orientar a organização de temas de seu estudo na escola, como os que serão considerados a seguir.

Temas para o estudo escolar da cidade

1º tema: Cidadão e o habitar da/na cidade

Esse tema refere-se ao exercício de habitar na cidade, de compreender sua lógica e sua história. O direito de habitar é mais do que de morar – é morar bem, frequentar a cidade, viver com dignidade, ter acesso aos bens da cidade, poder exercer seu modo de vida, ter o direito de produzir cultura, construir identidades.

A cidade é, para crianças e jovens em idade escolar, em primeiro lugar, a sua morada, o seu abrigo. É o lugar onde as pessoas produzem sua vida cotidiana mais elementar, em casa, em sua privacidade, na convivência com seus amigos e familiares. Esse aspecto afetivo da moradia é tão fortemente vivido por crianças e jovens que chega a ser fator predominante em sua definição de lugares em que gostariam de morar.⁴ Isso leva a considerar esse aspecto como prioridade nas ações de formação de cidadão para a vida urbana, apostando que daí se podem extrair elementos para a introdução de aspectos mais estruturais da moradia, como a lógica da propriedade privada do solo, o processo de valorização do solo urbano, a história da política habitacional do país, o processo de segregação urbana.

Em segundo lugar, são importantes a observação e a análise da moradia por meio da leitura de sua paisagem. Essa ideia de estudar o espaço por meio da paisagem já é corrente na produção da ciência geográfica dos últimos anos, porém, o que ressalto neste texto, ao buscar focar a experiência cotidiana de crianças e jovens com o espaço de sua cidade, é a necessidade de aprender a fazer a leitura da paisagem geográfica da cidade.^{*} Nessa direção, a cidade é comparada a um livro, a uma escrita, a um sistema de significações, e sua especificidade é considerada da seguinte maneira:

Sobre esse livro, com essa escrita, vêm se projetar formas e estruturas mentais e sociais. Ora, a análise pode atingir esse

4. Em pesquisa anterior (Cavalcanti 1998), identifiquei representações de alunos de 5ª e 6ª séries de escolas de Goiânia (de 12 a 14 anos) a respeito de seu bairro, de sua casa, entre outros elementos do estudo geográfico. O objetivo era compreender as atitudes desses alunos em relação ao bairro onde moravam ou no qual gostariam de morar. As respostas destacavam bastante os aspectos afetivos nessas atitudes, os significados simbólicos do lugar – como gostar do lugar em que moram pela possibilidade de brincar com amigos, de estar perto da avó, ou, ao contrário, não gostar do lugar pelo fato de haver “bêbado” na rua, “bagunça”, “briga”. O estudo apresenta uma consideração mais geral sobre os dados encontrados: “as crianças disseram que gostam de um lugar para viver, para morar, quando esse lugar lhes oferece coisas que preenchem necessidades vitais, como: segurança, liberdade, afetividade, alegria e ludicidade” (Cavalcanti 1998, p. 48).

contexto a partir do texto, mas este não é dado. Para atingi-lo, impõem-se operações intelectuais, trabalhos de reflexão (dedução, indução, tradução e transdução). A totalidade não está presente imediatamente nesse texto escrito, a Cidade. (Lefebvre 1991, p. 48; grifo nosso)

Esse autor alerta para o fato de que é possível ler a cidade porque ela se escreve, porque ela é uma escrita, mas que, para tanto, não basta examinar o texto, pois se deve recorrer ao contexto, que para ele é aquilo que está sob o texto, ou seja, "a vida cotidiana, nas relações imediatas, o inconsciente do 'urbano', aquilo que não se diz mais e que se escreve menos ainda, aquilo que se esconde nos espaços habitados" e aquilo que está acima desse texto, como as instituições, as ideologias (idem, pp. 55-56).

Algumas constatações podem ser feitas nas particularidades das cidades. Por exemplo, Goiânia é uma cidade nova e planejada. Suas formas modernas não representam grandes resistências a mudanças de funções ou mesmo à reestruturação de áreas, como duplicação de vias, instalações de grandes equipamentos públicos, construção de grandes e modernos prédios em suas áreas mais antigas e centrais. Seu centro se revitaliza por meio de obras constantes e de vulto, e seus bairros crescem assustadoramente, com edificações residenciais e outras. Goiânia é uma cidade em construção, é uma obra constante, resultando numa verticalização intensa, possível de ser observada pela paisagem. A consolidação dessa cidade moderna tem levado a uma grande segregação espacial. Nas ruas centrais e dos bairros que circundam esse centro nuclear da cidade, por exemplo, vão sendo "instaladas" edificações amplas, altas, de alto padrão de construção, modernas, difíceis de conviver com habitações modestas, mesmo que sejam os cortiços típicos de áreas centrais das grandes cidades brasileiras. E a moradia dos pobres é empurrada para uma periferia escondida dessa modernidade.⁵ Nas periferias vão sendo instaladas, de modo disperso e fragmentário, as chamadas "invasões".

5. Esse processo de segregação espacial é visível particularmente em alguns bairros da periferia mais próximos da região sul de Goiânia, que têm sofrido uma valorização

Esse processo de segregação socioespacial, que divide a cidade em áreas mais centrais e ricas e uma periferia pobre cada vez mais distante, é um fenômeno comum nas grandes cidades, mas em Goiânia ele é particularmente intenso, fazendo com que um olhar de visitante, um olhar menos atento, ou um olhar de criança e jovem em formação possa ver na capital de Goiás uma cidade de Primeiro Mundo, sem grandes desigualdades sociais, sem grandes problemas habitacionais. A compreensão desse processo de segregação é objeto da formação do cidadão para a vida na cidade.

2º tema: Cidadão e os lugares da cidade

Esse tema de estudo aponta para o direito do cidadão de viver na cidade, de circular por ela e por seus lugares, de consumir lugares e de consumir nos lugares, de usufruir desses lugares.

A relação da criança e do jovem com a cidade em que vive pode ser entendida como uma relação com o lugar, ou, numa cidade grande como Goiânia, com os lugares. Se, como entende Carlos (1996), a apreensão da cidade como um lugar – entendido como o espaço tornado familiar, com o qual se tem identidade, na relação do local com o global (Cavalcanti 1998) – é difícil nas cidades grandes, deve-se então buscar a relação do cidadão com os diferentes lugares dessas cidades. Ao viver em uma cidade, o cidadão circula por seus lugares e constrói uma relação com eles, uma relação cotidiana ativa e interativa. Nessa relação, constrói os próprios lugares e é por eles construído.

imobiliária intensa nos últimos anos. É possível perceber na paisagem desses bairros o processo de valorização em andamento, ao se encontrarem ruas com mansões bastante luxuosas, protegidas com altos muros, prédios de padrão médio e ainda teimando em permanecer num outro "tempo", alguns casebres onde se criam galinhas e plantam hortaliças protegidas por telas de arame. Esses contrastes verificados em um bairro foram destacados em reportagem de jornal local: "Com suas ruas estreitas que não seguem uma seqüência lógica, contrastando com avenidas largas, o Jardim América é um bairro onde a desigualdade social está evidente. Ao lado de uma luxuosa residência com piscina, encontramos um barracão paupérrimo" (*Diário da Manhã*, 1 de fev. 1999, p. 3).

Alguns desses lugares são privados dele, cidadão, ou de seu grupo de convivência; outros são privados de outros; outros, ainda, são públicos – são seus por direito. No seu cotidiano de relação com a cidade e seus lugares, o cidadão (em particular, a criança e o jovem) vai construindo uma geografia – a sua geografia –, mas, muitas vezes, ele o faz sem ter consciência disso e sem mesmo conhecer essa geografia que constrói e reconstrói. Seja como for, (essa relação com os lugares está sempre ocorrendo, e sua apreensão mais ampla e a compreensão da própria cidade permitem que ele lute mais e melhor pelos seus direitos de circular pelos lugares e de consumi-los.)

A percepção da cidade, pelo caminho da observação de suas paisagens por crianças e jovens, possibilita distinguir os lugares de consumo (restrito ou geral), os lugares interditados, os lugares permitidos. A forma dos lugares, expressa pelas paisagens, tem aspectos culturais e subjetivos: uma dimensão estética, uma dimensão afetiva, que tem a ver com a identificação emocional das pessoas com esses lugares. O aspecto afetivo remete à noção de privacidade, de permissão, de território. Mas há a distinção entre lugares privados e públicos. Nos lugares privados, as dimensões estética e afetiva são exclusivas dos “incluídos” e, conseqüentemente, geram interdição e estranhamento dos “excluídos”. E os lugares públicos? Como são construídos? Como são produzidos no cotidiano? Se a lógica de produção da cidade é resultante da contradição entre a lógica do capital e a do cidadão, logo, os lugares são produzidos segundo essa lógica. Sua produção mais democrática, no sentido de atender aos interesses do cidadão, de conduzir e permitir realmente o uso público, depende da qualidade da ação individual e coletiva dos cidadãos nessa direção.

A observação das grandes cidades brasileiras, com suas mensagens, seus símbolos e suas normas, aponta indícios de interdição da circulação pela cidade para alguns e de privilégio da circulação para outros. Goiânia não é diferente. Os cruzamentos de ruas em rotatórias sem sinalização para pedestres e a organização do trânsito são exemplos que mostram bem o privilégio da circulação para os que têm carro. Mesmo as calçadas, legalmente destinadas à circulação de pedestres, encontram-se sempre cheias de carros estacionados, inclusive em estacionamentos planejados pelos comerciantes e prestadores de serviços para atender melhor às necessidades de seus

clientes. Essa interdição tem a ver com segregação social, com segregação urbana – segregação de lugares nos pequenos interstícios da cidade, que ocorre por entre ruas, calçadas, lojas, prédios e outros equipamentos urbanos; segregação de áreas inteiras, bairros inteiros “destinados” à classe alta, “impedidos” de circulação ou de usufruto pelos cidadãos em geral; segregação de áreas inteiras “destinadas” à classe baixa, às vezes baixíssima, áreas essas destituídas muitas vezes até do direito de receber serviços públicos mínimos, como correio, telefone público, entrega de objetos de consumo (nessas áreas só circulam seus moradores, já que a “dificuldade” de acesso e o medo da violência e da pobreza afastam as outras pessoas).

A cidade pode também ser lida e compreendida por meio de seus lugares de manifestação de identidades e de resistência, particularmente a que acontece em lugares públicos. São as ruas, as praças e os parques os lugares mais democráticos do ponto de vista do acesso de todos os habitantes; são lugares propícios às manifestações (de identidade e resistência), tanto individuais – caso dos habitantes das ruas da cidade (mendigos, bêbados) – como coletivas – caso dos pequenos grupos, com suas formas de expressar suas diferenças (são exemplos os territórios de gangues, de crianças de rua, de comércio informal ou camelôs). Esses lugares são espaço também para expressão de posições ou reivindicações (caso dos grupos de categorias profissionais em greve, que se aglomeram e se manifestam pelas ruas, ou caso dos grupos culturais que se reúnem nas ruas para organizar festas populares).

Importa para a criança e o jovem entender como sua cidade inclui esses lugares, como os gestores se comportam diante desses lugares e de suas diferentes possibilidades de uso, e como cidadãos, em geral, se comportam nesses lugares. Se, como diz Lefebvre (1991), a cidade é um lugar de encontro, de festa, ou, como diz Santos (1987), é um lugar da copresença, é de esperar que ela se abra aos seus habitantes para que eles se manifestem, sozinhos ou em grupo, por suas ruas e praças. A cidade grande, de modo geral, contém muitos desses lugares, mas a alta concentração de pessoas e a diversidade de interesses acabam dificultando o pleno uso de alguns deles, principalmente daqueles que se localizam nas áreas mais centrais. A dinâmica da circulação nas cidades grandes vai gerando inúmeras regulamentações de uso desses lugares, como no caso

das manifestações coletivas.⁶ A lógica da cidade, a articulação das suas diferentes esferas – a circulação, a produção, a moradia –, a concentração de objetos técnicos levam à necessidade de uma gestão que busque a viabilização da própria cidade, o que significa trabalhar com suas contradições, abarcando o contexto dos movimentos sociais e das relações de poder apresentadas. É nesse aspecto que o conhecimento da cidade e a compreensão dos direitos de usufruto dessa cidade podem ajudar os cidadãos a se organizarem para compor forças nas ações de regulamentação da cidade e de seus lugares no sentido do uso democrático, do maior acesso a ela, do não privilegiamento do capital, da não racionalização do espaço com base unicamente nos interesses de quem tem dinheiro para usufruir da cidade.

A informação é outro aspecto igualmente importante quando se pensa na relação do cidadão com sua cidade e na sua capacidade e possibilidade de se educar com ela ou de se educar para ela. Os lugares da cidade contêm informação, o que lhes dá uma dimensão simbólica. A busca de informação e a ação de informar fazem parte das atividades cotidianas da cidade e de seus moradores. Mas não é uma atividade da mesma magnitude para todos. A cidade, como conjunto de ações e objetos, como “ambiente construído” (Santos 1999), é plena de sinais, signos e símbolos que estão à disposição de seus “usuários”, desde que estes saibam decifrá-los. O pleno uso da cidade e o exercício do direito de circular por ela requerem dos cidadãos uma determinada formação, uma formação (escolar ou extraescolar) que lhes dê os instrumentos necessários à leitura dessa cidade. A falta dessa formação para todos, decorrente das grandes desigualdades existentes nas cidades brasileiras, acentua-lhes o caráter segregador. Além disso, a gestão da maior parte das cidades no Brasil leva em conta as necessidades dos

6. Em São Paulo, por exemplo, a elevada incidência de manifestações de protestos nas ruas levou à criação de decretos municipais regulamentando essas ações. A preocupação principal parece ser a de que tais manifestações criam transtornos no trânsito da cidade, como mostra reportagem da *Folha de S. Paulo* (27/10/98): “São Paulo teve 273 manifestações para 288 dias no período (entre janeiro e outubro de 98). Todas provocam algum tipo de interferência no trânsito, o que levou a CET (Companhia de Engenharia de Tráfego) a classificar os protestos como um novo agente causador de congestionamentos”.

mais ricos, razão pela qual em suas ruas e em seus lugares não há demonstração da busca de facilitar o acesso simbólico e material da maioria dos cidadãos a eles.

A despeito de não saberem “ler” plenamente a cidade, as pessoas, na maior parte das vezes, concordando com Lynch (1988), não se perdem nas cidades. Mas a tentativa de evitar essa experiência talvez seja uma das razões da pouca mobilidade dos habitantes das grandes cidades, principalmente os mais pobres, os que moram nas periferias (que são os que menos sabem ler a cidade).

3º tema: Cidadão e o consumo na/da cidade

* A cidade é o lugar privilegiado do consumo – consumo de massa, consumo coletivo, individual, de elite. É um lugar em que se concentram todas essas práticas. Na relação cidadania-consumo na cidade destaca-se a discussão sobre o direito de participar da produção e de consumir o que foi produzido. A defesa do acesso democrático aos bens produzidos pela sociedade tecnológica é algo já bastante presente, porém a experiência cotidiana dos cidadãos da cidade grande (ou pequena, tanto faz) é a de uma distribuição bastante desigual desses bens e a de um acesso muito restrito desses bens por parte de um segmento cada vez menor da sociedade.

A constatação dessa contradição entre o desenvolvimento cultural, econômico e tecnológico da sociedade em geral e o estado de precariedade de grande parte da humanidade é frequente e bastante tratada na literatura corrente. A razão de trazê-la aqui é a necessidade de ressaltar sua incidência no espaço da cidade e na vida cotidiana do cidadão, particularmente de crianças e jovens. A explosão quantitativa e qualitativa de objetos técnicos e culturais na cidade, resultante do desenvolvimento da sociedade atual, é tão importante que chega a poluir o ambiente urbano. Do ponto de vista ambiental, isso não deixa de ser um grande problema, mas, do ponto de vista social, é uma violência, principalmente para os mais pobres, para os mais frágeis, que não têm saída a não ser repartir seus lugares com esses objetos que nem sequer usufruem.

Nos moldes como a sociedade tem encaminhado seu crescimento, não há como fugir da prática do consumo – consumo esse ligado ao circuito

produtivo e econômico, consumo que custa dinheiro, seja na produção das necessidades básicas materiais da vida cotidiana, seja na produção das necessidades básicas não materiais, ou mesmo na produção das necessidades não básicas, sofisticadas, materiais ou não. E a experiência cotidiana das pessoas com o consumo é vivida pela maioria como se estivesse numa corda bamba, salvando-se da sedução do consumo impossível e da crueldade do consumo fácil para uma pequena minoria mais rica.

É nesse contexto, particularmente na cidade, que o conceito de cidadão e de cidadania é muitas vezes entendido como equivalente ao de ser consumidor (Santos 1987): ser cidadão, nesse caso, é ser consumidor; só é cidadão quem é consumidor; quem não consome não pode ser cidadão, não pode reclamar seus direitos, não tem de pagar impostos, não tem deveres, nem com o Estado nem com outros habitantes da cidade.

Não se pode sustentar essa equivalência reducionista numa visão democrática de sociedade. O consumo é ingrediente da cidadania. Ao consumir, o indivíduo constrói sua cidadania. Mas esse consumo não pode ser entendido apenas do ponto de vista das necessidades individuais e supérfluas, pois ele integra a prática cotidiana da vida também do ponto de vista cultural, material e social. Nesse sentido, é direito do cidadão consumir, usar, usufruir, material e espiritualmente, de sua cidade, de tudo o que ela tem: apreciar seus lugares, ter condições para admirar suas paisagens, seus lugares públicos, compartilhar com outros do consumo desses lugares; além disso, é direito do cidadão consumir na cidade, consumir de fato seus objetos (nas lojas, nos supermercados, nas áreas de lazer, no cinema, nos museus). Como alerta Canclini (1997), o consumo pode ser pensado como elemento, dimensão da cidadania. Esse autor propõe vincular o consumo à cidadania por considerar que a prática do consumo pressupõe definição e seleção do que se considera valioso, do que se considera elemento de integração e de distinção social. Assim, lembrar que cidadãos são também consumidores leva a considerar a prática de consumo, nas suas dimensões ética, estética e ecológica, um componente de uma concepção democrática da cidadania.

É útil a ideia de articular consumo e cidadania, pois, do ponto de vista dos cidadãos e de sua vida cotidiana, a prática de consumo é uma das vias concretas de vivenciar o direito à produção social, o direito à inclusão,

o direito à participação. Além do mais, como o consumo é social, há um partilhar de significados nos objetos de consumo (material ou não) e no consumo de objetos. O consumo é elemento de comunicação entre as pessoas, mesmo que subordinado ao controle político, econômico e ideológico do mercado. Ainda que a prática de consumo esteja inserida na lógica do mercado capitalista, existe a possibilidade de desenvolvê-la de um modo autônomo e consciente, fazendo com que ela se dê de forma mais justa, mais criativa, que permita até mesmo a construção de identidades dos cidadãos. Esse processo de ligar a atividade de consumo à formação de identidades é explicado assim:

Nós homens intercambiamos objetos para satisfazer necessidades que fixamos culturalmente, para integrarmos-nos com outros e para nos distinguirmos de longe, para realizar desejos e para pensar nossa situação no mundo, para controlar o fluxo errático dos desejos e dar-lhe constância ou segurança em instituições e rituais. Dentro desta multiplicidade de ações e interações, os objetos têm uma vida complicada. Em certa fase são apenas "candidatos a mercadorias", em outras passam por uma etapa propriamente mercantil e em seguida podem perder essa característica e ganhar outra. (Canclini 1997, p. 67)

Não se pode desconsiderar a racionalização da prática de consumo na sociedade capitalista que, na expressão de Lefebvre (1991), é "uma sociedade burocrática de consumo dirigido". Mas, partilhando dessa prática de consumo global, de massa, está o consumo que estrutura o modo de vida das sociedades, das cidades. Na busca por elementos do modo de vida do cidadão goianiense, são apontadas práticas urbanas de consumo de origem rural, talvez pelo fato de ser a capital de um estado agrário.

Basta lembrar que uma das maiores festas da cidade é a Exposição Agropecuária de Goiânia, realizada anualmente e que atrai milhares de visitantes. A maioria deles não tem qualquer ligação com os negócios que são realizados nessa feira. Mas vestem-se à moda *country* imitando o estilo *cowboy* norte-americano e gostam da música *country*. Ouvem e apreciam também a música sertaneja

produzida no Brasil e na qual Goiás se destaca no lançamento de duplas de cantores desse ritmo que, hoje, fazem sucesso em nível nacional. (Ramos 1998, p. 134)

4º tema: Cidadão e ambientes urbanos

Como já foi mencionado, o exercício pleno da cidadania significa, entre outras coisas, o direito ao ambiente. Trata-se do direito de construir ambientes saudáveis, saudáveis, ecologicamente corretos, em todos os lugares, incluindo as cidades e o ambiente urbano, e de usufruí-los.

Ambiente urbano é o lugar da cidade onde os elementos naturais e sociais estão em relações dinâmicas, em constante mutação, e em relação de interação. Essas relações implicam processos de criação cultural e tecnológica e processos históricos e sociais de transformação do meio natural e construído. Nesse ambiente há uma interação complexa de configurações sociais, naturais, políticas e psicológicas.

As grandes cidades, costuma-se dizer, têm grandes problemas ambientais. Esses problemas se agravam em virtude da complexidade de ações, criações e produção dos homens que nelas circulam, vivem, passeiam, trabalham. Todas essas ações são responsáveis pela configuração ambiental da cidade. A cidade, como trabalho humano, é a expressão da relação do homem com a natureza (a primeira e a segunda naturezas). Assim, as construções de casas e indústrias, os calçamentos de quintais, os asfaltamentos de ruas e as canalizações dos córregos levam à retirada da vegetação e dos animais ali presentes e ajudam a configurar o ambiente urbano, dando-lhe um aspecto peculiar, um aspecto de ambiente construído. A intensificação dessas ações, como no caso das grandes cidades, acarreta alterações no ambiente, como as seguintes:

- à medida que diminui a capacidade de infiltração da água no terreno, as ações e criações urbanas provocam, nos dias de muita chuva, o acúmulo e a concentração de grande quantidade de água, as inundações, os deslizamentos de encostas, processos que se agravam com a acumulação de lixo residenciais e industriais;

- a liberação para a atmosfera de grandes quantidades de fumaça e de gases tóxicos provoca, a médio e longo prazos, problemas respiratórios e de alergia nas pessoas;
- a concentração de edificações urbanas, de letreiros, de sinalizações e de carros provoca poluição sonora e visual e é apontada como fator de agravamento de problemas de saúde da população, como a tensão, o cansaço e o estresse;
- a retirada do “verde” e dos demais elementos da natureza da “convivência” na cidade tem levado a população a buscar áreas especialmente criadas para isso;
- a concentração no espaço urbano das contradições e diversidades sociais e as diferentes condições de propriedade e de usufruto dos bens que o ambiente oferece e mostra à vista têm provocado a violência e a marginalização de determinados grupos da cidade.

Todos esses problemas ambientais das grandes cidades, na sua dimensão física e social, tendem a se agravar com a grande concentração da sociedade nessas áreas e com a permanência da lógica atual de produção urbana. O agravamento desses problemas é consequência da construção diversificada e complexa do ambiente urbano, com base em elementos físico-naturais desse sítio. Mas a dimensão social da questão ambiental urbana ganha relevância pelo imbricamento de vários elementos e pela constatação de que a experiência desses problemas não é igual para todos que moram na cidade ou nela circulam. No complexo e ilógico (lógico) espaço da cidade podem ser encontradas, por exemplo, áreas de padrão ambiental e de moradia consideradas bastante adequadas, ao lado de áreas de habitações precárias e de baixa qualidade ambiental.

Em Goiânia, o crescimento urbano desordenado, principalmente nas últimas décadas, favoreceu o agravamento de problemas ambientais, como, por exemplo, o surgimento de grandes boçorocas, denominação para um tipo de erosão, como atesta Nascimento (1994), ao relatar pesquisa no sítio urbano da cidade. Segundo a autora, apesar de possuir um relevo suave, com um sítio urbano favorável, Goiânia apresenta grande volume dessas erosões que afetam a segurança das habitações, das vias públicas, das obras de patrimônio público, como galerias pluviais, pontes, áreas de hospitais, parques.

Em virtude do modo de vida urbano e de sua estrutura interna,⁷ as cidades, principalmente as grandes, são hoje lócus de alguns dos problemas ambientais mais graves e vitais, que requerem soluções sempre imediatas, pois, na maior parte das vezes, afetam diretamente a vida cotidiana dos habitantes (não de maneira homogênea, como já foi dito). No entanto, essas soluções “imediatas” quase nunca são viabilizadas, por diversos motivos. Um deles diz respeito à própria lógica da construção do ambiente urbano, intimamente relacionada à lógica da economia urbana, que articula interesses de diferentes segmentos da sociedade, geralmente os segmentos dominantes. Outro se refere à complexidade desse ambiente construído, com formas relativamente duráveis, dispendiosas, objetos técnicos que permanecem muitas vezes como “rugosidades” na paisagem urbana e que são interdependentes, quer dizer, a construção de um ou a alteração de outro objeto urbano nunca é uma ação isolada, na medida em que interfere em outros objetos e em outras ações.⁸ Outro motivo é a lógica cultural desse ambiente tecida no jogo entre poderes, interesses e práticas da sociedade – de um lado, os econômicos, dominantes, e, de outro, aqueles que se expressam, no cotidiano, como resistência ou como reprodução de uma determinada ordem. Vale ressaltar que essa lógica expressa valores, hábitos, comportamentos individuais e coletivos definidos num processo de construção histórica da sociedade que não se desfazem de pronto.

7. Smolka (1993) destaca, como ingredientes dessa estrutura, a justaposição ou concentração espacial, a escala e a diversidade de funções e sua base na forma de ambiente construído.

8. Por exemplo, uma cidade como Goiânia, cidade nova, planejada, com formas urbanas bastante favoráveis às inovações técnicas exigidas pela modernização de seus lugares, tem também a característica de uma cidade que cresce de modo bastante veloz, velocidade facilmente visualizada em sua paisagem em permanente construção e reconstrução. Nessa cidade, com a intensidade da construção do ambiente urbano, conforme a lógica de uma cidade capitalista, evitar problemas ambientais significa, entre outras coisas, praticar ações institucionais mais globais, que considerem a interdependência na modernização de bairros, por exemplo, de ações de asfaltamento de ruas, esgoto, água, área de depósito de lixo, canalização de rios, espaços públicos de lazer, definição de linhas de transporte urbano etc.

Como alerta Smolka (1993, p. 136), os problemas ambientais “não só não emergem da noite para o dia – exceto talvez nos fenômenos de saturação instantânea – como também não podem em geral ser resolvidos rapidamente”. Esse raciocínio destaca a complexidade da tarefa social de “resolver” esses problemas e permite afirmar que tanto para atuar nas causas como nas consequências dos danos ambientais é fundamental que, além de lutas pela transformação mais estrutural da sociedade, haja preocupações quanto à formação humana para o exercício pleno do direito ao ambiente. A superação de determinados problemas do cidadão com seu ambiente na cidade depende de uma alteração do processo de estruturação interna dessa cidade, mas, também, concomitantemente, depende de mudanças de comportamentos sociais e culturais. Isso, por sua vez, depende de mudanças nas percepções ambientais desse cidadão, razão pela qual mais uma vez se destaca a possibilidade de jovens e crianças desenvolverem as habilidades de compreender, de ler, de visualizar, de sentir melhor e mais integradamente o lugar de sua vida cotidiana, o lugar (ou os lugares) de sua cidade.

As ideias aqui desenvolvidas partiram de alguns pressupostos iniciais, dos quais se originaram propostas de estudo da relação do cidadão com a cidade, na tentativa de, no plano teórico, pelo processo de abstração, separar e sistematizar um espaço real – o espaço urbano – que é, na verdade, a síntese de uma multiplicidade de determinações. A abordagem da cidade que desenvolvemos neste capítulo deve ser encarada como sugestão para um trabalho escolar, na medida em que pretendemos subsidiar a formação de conceitos de cidade e de espaço urbano pelo cidadão, pelos jovens e pelas crianças em idade escolar. Certamente existem outras maneiras igualmente importantes de tratar esse assunto e que precisam ser exploradas. Algumas delas já podem ser formuladas aqui, como as seguintes: a cidade como um lugar de aprendizagem; a cidade como um lugar de participação; a cidade e o acesso aos equipamentos públicos; a cidade e a preservação do ambiente no uso do espaço público. Na verdade, nossa abordagem emergiu inicialmente da busca de referência para construir, na escola, ações docentes de geografia que relacionem o tema da cidade com o da cidadania e com o do direito à cidade na sociedade contemporânea.